



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

RESOLUÇÃO Nº 328 /2010

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

191ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 10/11/10

PROCESSO Nº. 1/4844/2007

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200710533-4

RECORRENTE: VICUNHA TÊXTIL S.A.

RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: Valéria Campos A. Viana e Maria Océlia Soares Maia

MATRÍCULA: 107410-1-7 e 37893-1-4

RELATOR ORIGINÁRIO: Conselheiro José Sidney Valente Lima

RELATOR DESIGNADO: Conselheiro Cid Marconi Gurgel de Souza

REVISORA: Conselheira Ana Maria Timbó Holanda

EMENTA: ICMS – 1. FALTA DE RECOLHIMENTO – 2. A contribuinte foi autuada por falta de recolhimento do ICMS, tendo em vista o auditor ter entendido que a empresa utilizara créditos indevidos concernentes a benefícios concedidos pela Lei 10.639/97 - FDI. Recurso voluntário conhecido e provido. **3.** Auto de infração julgado **NULO**, por maioria de votos, em razão da falta de tipicidade dos fatos descritos no auto de infração, conforme a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado modificado em Sessão e reduzido a termo nos autos. Reformada a decisão condenatória prolatada no juízo originário. **4.** Decisão amparada no princípio da legalidade em consonância com o conjunto probatório dos autos.

RELATÓRIO

A presente demanda refere-se ao auto de infração lavrado por *falta de recolhimento no todo ou em parte inclusive o devido por substituição tributária*, em virtude da inclusão no benefício fiscal proveniente do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI de operações que não envolveram processo de industrialização no período de 2004. O ilícito fiscal supramencionado teve origem em uma ação fiscal designada pela ordem de serviço nº. 2007.17067, objetivando executar *auditoria fiscal*, referente ao período de 01/01/03 a 31/12/05, junto à empresa *Vicunha Têxtil S.A.*, que exerce atividade de preparação e fiação de fibras de



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

algodão, enquadrada no CNAE 13.11-1-00. Auto de infração lavrado em 20/08/07, com fulcro nos artigos 73 e 74 do Decreto 24.569/97.

A ciência do início da ação fiscal foi realizada por via postal em 15/06/07, consoante comprova a cópia do AR às fls. 08, ocasião em que foi intimada a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, livros e documentos fiscais/contábeis descritos no termo retro.

A increpação fiscal, originalmente, foi instruída com auto de infração nº. 200710533-4, informações complementares às fls. 03/05, ordem de serviço nº. 2007.17067, termo de início de fiscalização nº. 2007.15570, cópia do aviso de recebimento – AR do termo de início de fiscalização, termo de conclusão de fiscalização nº. 2007.20506, planilha de apuração ICMS com incidência do FDI, cópia do *Livro de Registro de Apuração do ICMS*, documento BEC relativo à operação nº. 33.0155/9-FDI/PROVIN – Resolução CEDIN nº. 98/017, de 18/03/98, cópia do Aditivo de Incorporação das Empresas Vicunha, cópia do extrato de operações referente à posição de 01/01/06 a 31/08/06, cópia do protocolo de entrega de documento, documento da empresa Vicunha às fls. 58 e relação das NFE's não seladas. O auto de infração descreveu o ilícito fiscal, *ad litteram*:

“FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO, NO TODO OU EM PARTE INCLUSIVE O DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, NA FORMA E NOS PRAZOS REGULAMENTARES. CONSTATAMOS QUE A EMPRESA EM EPÍGRAFE, NA APURAÇÃO MENSAL DO SEU BENEFÍCIO FISCAL PROVENIENTE DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – FDI, INCLUIU OPERAÇÕES AS QUAIS NÃO SOFRERAM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTABELECIMENTO, NO PERÍODO DE 2004. VIDE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR”.

Às informações complementares, as autuantes ilustraram que através de análise fiscal restou constatado que a empresa em foco, na apuração mensal do benefício fiscal proveniente do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI incluiu operações, em que não houve a intervenção de qualquer processo de industrialização no estabelecimento. Arrazoaram que considerando os ditames da legislação referente ao FDI, constantes na Lei 10.367/79, e suas alterações, e no Decreto Regulamentar 27.040/03, bem como no contrato firmado entre a empresa autuada e o Estado do Ceará, se convenceram de que os produtos não industrializados pelo estabelecimento, não dão direito aos benefícios previstos do FDI.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Explicaram que o incentivo fiscal dado pelo Estado do Ceará através do FDI visa fomentar o processo produtivo da empresa, conforme o especificado no Contrato Mútuo: OPERAÇÃO nº. FDI/PROVIN – 33.0155/9, anexo aos autos. Verificaram a existência de operações que não estavam relacionadas ao processo produtivo da empresa, a exemplo das importações, compras, vendas e transferências de mercadorias e produtos, onde se reputa ausente o processo de transformação, beneficiamento ou industrialização no estabelecimento beneficiário do FDI. No entanto, observaram que a totalidade das operações praticadas pela empresa fora levado em consideração quando da apuração e usufruto do benefício mensal do FDI. Dessa forma, refizeram a apuração mensal da contribuinte, na qual separaram as operações destinadas ao processo produtivo da empresa, beneficiárias do FDI, daquelas não destinadas à industrialização, portanto, não beneficiárias do FDI, consoante demonstrado no quadro anexo às informações complementares. Registraram que toda a estruturação analítica do quadro de reapuração do ICMS mensal da presente empresa teve por base os dados coletados nos livros fiscais e arquivos eletrônicos, apresentados pela contribuinte no transcurso da ação fiscal, nos quais foram identificadas e separadas as operações praticadas pelo Código Fiscal da Operação – CFOP. Demonstraram o resultado desse trabalho realizado, e, ao considerar os dados constantes do demonstrativo elaborado, constataram a falta de recolhimento do ICMS no montante de R\$ 396.685,39, decorrente da utilização indevida de créditos do FDI, pela contribuinte autuado. Nessa esteira de raciocínio, aplicaram a penalidade concernente à infração prevista no art. 878, I, alínea “c” do Decreto 24.569/97.

O auditor sugeriu como penalidade, a preceituada no art. 123, I, alínea “c”, da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03, ou seja, o pagamento de multa equivalente a uma vez o valor do imposto. Assim sendo, foi lavrado o auto de infração em comento, consoante valores abaixo discriminados:

Base de Cálculo	R\$ 2.333.443,50
Alíquota	17%
ICMS (principal)	R\$ 396.685,39
Multa (100%)	R\$ 396.685,39
TOTAL	R\$ 793.370,78

A empresa foi intimada do auto de infração pessoalmente, através de seu gerente, em 27/08/07, às fls. 02, nos termos do art. 26 da Lei 12.732/07.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Foi lavrado termo de revelia em 24/09/07, determinando encaminhamento dos autos para as devidas providências no CONAT. Ocorre que a atuada havia protocolado pedido de prorrogação de prazo em 06/09/07; tornando, desta feita, o presente termo de revelia sem efeito.

A contribuinte acostou impugnação tempestiva de fls. 66/79, instruída com docs. de fls. 80/84, após deferimento do pedido de prorrogação de prazo em 06/09/07, onde, comentou sobre os incentivos fiscais voltados para a promoção industrial do Ceará. Salientou acerca da manutenção da empresa no Estado do Ceará em razão da concessão ao benefício fiscal, onde permitiu grande investimento nas cidades do Estado. Acrescentou ainda, que qualquer restrição ao benefício ofenderia ao princípio da legalidade conforme entendimentos colacionados dos Doutrinadores Hely Lopes Meirelles, Celso Antônio Bandeira de Mello, Aliomar Baleeiro e o artigo 99 do CTN, desta forma, alegou o cerceamento de defesa por falta de esclarecimentos dos fatos na acusação fiscal. Argumentou ter efetuado o recolhimento de todo o ICMS no período e ser participante do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, que lhe beneficia com o diferimento de parte do imposto a ser recolhido. Suscitou a ocorrência de equívoco por parte do agente fiscal ao determinar uma operação separada do imposto devido em razão da circulação de sua produção industrial, e do gerado pela comercialização de mercadorias de terceiros. Lembrou que a Lei 10.367/79, que institui o FDI, concede o benefício sobre o total de ICMS devido sem restrições que não podem ser admitidas por ato infralegal. Ademais, consignou que em uma eventual apuração em separado do ICMS advindo sobre a produção própria, das demais operações da contribuinte, deve ser considerada não apenas o débito do imposto gerado na saída do produto, mas o seu correspondente crédito quando de sua entrada. Ressaltou que o valor do imposto incidente sobre a venda de mercadorias adquiridas de terceiros deva ser apurado sem a consideração de quaisquer créditos em conformidade com o Dec.nº. 27.206/03 e o Princípio da Não- Cumulatividade. Confirmou a não configuração do débito apontado, de acordo com a verificação do contador da empresa, visto que a maior parte das mercadorias são insumos que foram repassados para unidades fabris da empresa estabelecidas em outras unidades da federação por seu preço de aquisição. Discorreu sobre a imprescindibilidade da prova pericial para que se alcance a verdade material sobre a suposta infração, vez que somente através de perícia técnica é possível firmar conclusão sobre os fatos relevantes ora ventilados. Ressaltou que a circulação das referidas mercadorias se deu no âmbito de filiais da mesma empresa, não ocorrendo o fato caracterizador para recolhimento do imposto, onde colacionou entendimentos em conformidade com a súmula 166 do STJ e escritores como Leandro Paulsen e José Eduardo Soares de Melo. Sustentou o cometimento de engano no que tange à classificação nos CFOP's dos produtos advindos do processo produtivo como mercadorias adquiridas ou recebidas por terceiros. Trouxe exemplos ilustrativos da alegação defensiva. Advogou a tese segundo a qual os produtos denominados como secundários e subprodutos decorrem diretamente



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

do processo produtivo da empresa, pelo que o ICMS advindo de sua comercialização pode ser incluído no incentivo fiscal PROVIN/FDI. Ao final, requereu a **IMPROCEDÊNCIA** da autuação contestada.

Às fls.86 consta termo de desmembramento relativo a 01 (um) CD-ROM integrante da ação fiscal referente ao presente auto de infração, com o objetivo de encaminhar para a *Célula de Perícias e Diligências* do CONAT, objetivando melhor conservação e integração do banco de dados magnéticos na data de 27/09/07.

A julgadora singular em análise as peças processuais refutou os argumentação de defesa, frente à veracidade da acusação fiscal, nos moldes do art. 73 e 74 do RICMS. Salientou que a autuada adotou um procedimento totalmente equivocado, ao relacionar operações que não fazem parte da produção própria, agindo contrariamente a Lei nº. 10.367/79, que institui o PROVIN/FDI. Demonstrou que a autuada contrariou o disposto no artigo 2º, §3º do Dec.nº. 27.206/03, onde expendeu que não alcança somente no tocante ao imposto nas operações de produção do próprio contribuinte. Elucidou não poder acatar o levantamento efetuado pelo contador da empresa e desconsiderou a solicitação de perícia nos termos do artigo 59, II do Dec.nº. 25.468/99. Ressaltou que a responsabilidade da contribuinte no caso em apreço independe da intenção em praticar ou não a infração, bem como dos efeitos dela resultantes, na esteira do art. 877 do Decreto 24.569/97. Extraiu não constar nos autos qualquer indício que possa desqualificar o procedimento fiscal considerado tecnicamente correto e elaborado dentre dos parâmetros utilizados pela fiscalização. Depreendeu ainda se reputar incabível a regra quanto ao diferimento do ICMS quando não se tratar de produtos de fabricação própria, devendo ocorrer a normal tributação das operações. O incluíto juízo se posicionou no sentido de que ao utilizar o benefício mensal do FID em todas suas operações, a autuada se distanciou das normas legais, motivo pelo qual é responsável pelo pagamento do crédito tributário exigido na inicial. Isto posto, concluiu pela **PROCEDÊNCIA**, da ação fiscal, ratificando a penalidade aplicada pelo agente autuante. Intimou a empresa autuada a recolher ao erário estadual o valor apontado na peça proeminal, com os devidos acréscimos legais, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da ciência da decisão singular a importância de R\$ 793.370,78 (setecentos e noventa e três mil, trezentos e setenta reais e setenta e oito centavos), ou, em igual prazo, interpor recurso voluntário ao Conselho de Recursos Tributários, na forma da legislação processual vigente.

A suplicante foi notificada pelos correios, em 17/07/08, do julgamento **PROCEDENTE** da ação fiscal, nos termos do art. 34, §3º do Decreto 25.468/99.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Às fls. 97, a autuada apresentou em 28/07/08, pedido de dilação de prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 47, § 2º do Decreto 25.468/99. O pedido retro foi deferido de plano, ficando a nova data estabelecida em 13/08/08.

A empresa irrisignada com a decisão da instância singular, depois de decorrido novo prazo, apresentou recurso voluntário tempestivo às fls. 109/127, instruído com docs. de fls. 104/107, onde, ratificou as alegações da impugnação, sem acrescentar nenhum dado novo que pudesse modificar o entendimento exarado em 1ª instância, onde colacionou pareceres às fls. 128/133.

A *Consultoria Tributária*, por intermédio do parecer 503/08, ao analisar as cláusulas primeira e quarta, observou que está bem claro que o incentivo fiscal dado a recorrente pelo Estado do Ceará através do FDI. Relatou sobre operações com produção própria. Requereu que fosse cumprido o constante no contrato mútuo. Aduziu que as operações realizadas configuram a ocorrência do fator gerador nos termos do art. 3º do RICMS, ainda que a saída da mercadoria seja para outro estabelecimento do mesmo titular. Afirmou que não foi evidenciado a ocorrência de erros no levantamento, assim como nenhuma prova concreta foi apresentada de modo a justificar a realização do trabalho pericial. Ademais, infirmou os argumentos recursais, por verificar, através da análise das peças que compõem o processo, a evidência da prática do ilícito constante da exordial, de forma a sugerir imputação da penalidade gizada no art. 878, I, alínea "c" do Decreto 24.569/97, com nova redação da Lei 13.418/03, a teor do art. 106, II, alínea "c" do CTN. Nessa consonância, opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso voluntário, confirmando a decisão condenatória exarada em primeira instância.

Os autos foram encaminhados, para apreciação da douta Procuradoria Geral do Estado, que se manifestou pelo acatamento do referido parecer, que dormita às fls. 136/143 dos autos.

Fora acostado aos autos às fls. 145, o ofício de nº 091/09 comunicando ao representante legal da contribuinte, o julgamento do Recurso Voluntário no Conselho Tributário do Contencioso Administrativo Tributário do Estado do Ceará - CONAT, para proferir sustentação oral das razões do recurso.

Em sede de julgamento de 2ª Instância, realizado na 26ª Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de Julgamento do CRT-Ce, em 24/03/09, restou deliberado, por unanimidade dos votos, o conhecimento do recurso voluntário, para, por voto de desempate da



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

presidência, afastar a preliminar de nulidade por falta de concessão de espontaneidade ao contribuinte, consoante Ata acostada às fls. 146/147.

Nesse sentido, foi proferido voto de desempate pela Presidente *Dulcimeire Pereira Gomes*, às fls. 148/150, onde considerou que não deve ser reconhecida a nulidade da ação fiscal pela falta de concessão de espontaneidade ao contribuinte após ocorrido o início da ação fiscal. Neste sentido, explanou que a iniciativa da empresa teria que preceder qualquer ação do Fisco, conforme transcrição do art. 138 do CTN. Asseverou ainda o art. 821 do Decreto 24.569/97, segundo o qual “a ação fiscal começará com a lavratura do termo de início de fiscalização”, o que, segundo a presidente, suprime qualquer hipótese de nulidade no presente caso, já que iniciados os trabalhos de fiscalização é defeso ao agente oferecer qualquer concessão, sob pena de transgressão disciplinar. Ressaltou, por fim, que a única exceção prevista na legislação diz respeito à estipulação de prazo para que a contribuinte recolha o quantum devido sem qualquer penalidade, de acordo com o inciso II do art. 2º da Norma de Execução 05/05 editada com base na Instrução Normativa 14/04, restrita ao caso de creditamento indevido na aquisição de mercadorias cujo imposto não fora pago no todo ou em parte, na origem, em função de benefícios fiscais.

Fora proferido Despacho nº. 2498/09 pela *Coordenadoria de Administração Tributária - CAT* objetivando encaminhar à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará a relação de bens a serem dados em garantia pela empresa aos autos de infração, requerendo a prorrogação dos benefícios do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial), consoante termo de arrolamento de bens anexo às fls. 152/159.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso voluntário interposto pela contribuinte *VICUNHA TEXTIL LTDA* em face da *CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA*, objetivando, em síntese, a revisão da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. 1/200710533-4, na dicção da legislação processual vigente. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

No processo *sub examine*, a requerente fora autuada por *falta de recolhimento do imposto*, em virtude da utilização de créditos indevidos provenientes do benefício fiscal relativo ao Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI no período de 2004.

1. Da Preliminar de Nulidade

Em análise aos fólios processuais, depreende-se a existência de matérias cognoscíveis de ofício, razão pela qual passamos a adentrar, preferencialmente, na seara preliminar da lide em comento.

2. Do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI

O FDI, nos moldes da Lei 10.367/79, é um fundo estadual criado para promover o setor industrial, assegurando benefícios fiscais e extrafiscais às indústrias e agroindústrias, incluindo as cooperativas e associações de produtores e seus associados. De modo que, qualquer pessoa jurídica ou organização associativa enquadrada no segmento de indústria ou agroindústria pode ser beneficiária do Fundo de Desenvolvimento Industrial.

Os benefícios fiscais concedidos por este fundo incidem sobre tributos, e podem representar empréstimos de até 75% do ICMS efetivamente recolhido; aval de até 30% do valor do projeto apresentado; subscrição de ações e debêntures ou contas de capital em até 25% de empreendimento; financiamento de capital de giro até o limite de 50% do valor do projeto; subsídio de até 70% nas tarifas de água e esgoto; entre outros.

3. Da Imputação Fiscal

No presente caso, a contribuinte, através de contrato firmado com o Banco do Estado do Ceará, anexo às fls. 89/97, aderiu aos benefícios do FDI, de maneira que o referido banco concederia um empréstimo de 75% do ICMS a ser recolhido, enquanto a empresa arcaria com os 25% restantes. O incentivo fiscal em comento foi concedido para a composição do esquema financeiro necessário ao capital de giro da unidade industrial, na produção de tecidos para calça jeans e camisaria.

O agente fiscal, ao proceder a análise na documentação da contribuinte, entendeu que a mesma utilizava na apuração do FDI, produtos distintos dos previstos



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

no contrato de mútuo celebrado. Assim sendo, procedeu à autuação fiscal por falta de recolhimento do imposto, proveniente de aproveitamento de créditos indevidos do FDI.

Para melhor esclarecimento do tema, vale trazer a baila a seguinte preleção do ilustre representante da douta Procuradoria do Estado, Dr. Matheus Viana Neto, constante do parecer 124/04, *expressis verbis*:

Inicialmente, delimitamos o alcance da expressão contida na "ICMS próprio gerado pela sociedade". Essa expressão, por não ter sido delimitada legalmente, há de ser entendida com o significado que lhe tem sido dado pelos operadores do ICMS, e, nesse aspecto, "ICMS próprio quer dizer imposto resultante das atividades desenvolvidas pela sociedade". Assim, todo ICMS resultante dessas atividades fins, deverá ser considerado para fins de composição da base a ser utilizada na quantificação do valor do FDI.

(...)

Por outro lado, a expressão contida nos Decretos regulamentares não poderia estabelecer conceito diverso daquele estabelecido pela Lei. Desse modo a expressão "ICMS de produção própria do estabelecimento" não pode ter outro significado senão aquele que a lei lhe deu, isto é, imposto gerado no próprio estabelecimento, beneficiário do FDI, originado de suas atividades relacionadas com a produção. E não poderia ser de outra forma, até porque a atividade de produção em si não gera ICMS. O que gera ICMS são as atividades internas da empresa relacionadas com a produção como a aquisição de insumos utilizados diretamente na produção e que nela se integre como elemento indispensável, bem como as saídas de mercadorias do estabelecimento.

4. Da Ausência de Tipicidade

É cediço que um dos atributos essenciais à validade e eficácia do ato administrativo é a presunção de legitimidade. Significa dizer, que até prova em contrário o ato administrativo foi adotado em consonância com a lei e os fatos apontados pela *Administração*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Pública são verdadeiros. Ocorre que a presunção em questão é relativa e admite prova em sentido contrário.

Ademais, essa presunção de legitimidade decorre de um dos princípios básicos da administração, o da legalidade, no dizer do ilustre Hely Lopes Meirelles¹, *ad litteram*:

"O administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei."

De sorte que, em análise acurada da peça acusatória, pode-se depreender que a presunção de legitimidade está eivada de vícios. Neste contexto cai por terra a presunção de legitimidade como atributo de validade e eficácia do ato vergastado, conforme passaremos a expor.

No caso em epígrafe, o fato típico descrito na inicial: "falta de recolhimento", não é condizente com o ocorrido no mundo semântico, o qual se revelou como a "confeção inadequada da composição do benefício fiscal", resultante da utilização de produtos não industrializados pela empresa. Nesta esteira, destaca-se que inexistente qualquer preceptivo legal estadual que especifique os procedimentos de escrituração e apuração dos impostos pagos por beneficiários do FDI, na composição de sua base de cálculo, tais como o cômputo em separado dos produtos ou especificação nos livros fiscais.

Desta feita, não poderia a Administração Pública reduzir a fiscalização a um *standard pessoal*, posto que, a legalidade é a viga mestra da atividade administrativa, de modo que o lançamento tributário deve sempre perseguir obediência às exigências descritas em lei.

¹ Hely Lopes Meirelles - "in" Direito Administrativo Brasileiro, 17ª ed.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

5. Do Voto

Ex positis, voto pelo conhecimento e provimento do recurso voluntário, reformando a decisão condenatória exarada em 1ª instância, julgando **NULO** o auto de infração, de acordo com o parecer do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em sessão e reduzido a termo nos autos.

11/12



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **VICUNHA TEXTIL LTDA** recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, para por maioria de votos dar-lhe provimento, reformando a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, declarando em grau de preliminar a **NULIDADE** processual, por falta de tipicidade dos fatos descritos no auto de infração, nos termos do voto do relator designado, Dr. Cid Marconi Gurgel de Souza conforme manifestação do representante da douda Procuradoria Geral do Estado, alterado em Sessão mediante despacho reduzido a termo nos autos. Vencidos os votos dos Conselheiros José Sidney Valente Lima (relator originário), Abílio Francisco de Lima e Alfredo Rogério Gomes de Brito que se manifestaram contrários à preliminar. Ausente o Conselheiro José Rômulo da Silva. Presente, para apresentação de defesa oral, o representante da recorrente, Dr. José Erinaldo Dantas, acompanhado do Dr. Paulo Fernandes.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 03 de 12 de 2010.

M. Viana
Dulcineire Pereira Gomes
PRESIDENTA

Ana Maria Timbó Holanda
Conselheira Revisora

P.R. Camila Borges Duarte
Cid Marconi Gurgel de Souza
Conselheiro Relator Designado

Abílio Francisco de Lima
Conselheiro

P. Soares
Jussara Dias Soares
Conselheira

Alfredo Rogério Gomes de Brito
Conselheiro

Raul Amaral Júnior
Raul Amaral Júnior
Conselheiro

José Sidney Valente Lima
Conselheiro Relator Originário

Cícero Roger Macedo Gonçalves
Cícero Roger Macedo Gonçalves
Conselheiro

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO